

UNIVERSIDADE TIRADENTES  
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA

**PONTOS E CONTRAPONTO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E  
ADULTOS NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: UM ESTUDO DE CASO  
NA ESCOLA ESTADUAL SENADOR LEITE NETO<sup>1</sup>.**

EUDETE ARGENTINA CINTRA  
RONILDA RODRIGUES SOUSA

ORIENTADORA:

PROF. MESTRANDA JOANA D'ARC COSTA

ARACAJU/SE  
2008

**UNIVERSIDADE TIRADENTES  
CURSO DE PEDAGOGIA**

**PONTOS E CONTRAPONTO DA EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS NAS  
PRATICAS PEDAGÓGICAS: UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA ESTADUAL  
SENADOR LEITE NETO<sup>1</sup>.**

**CINTRA, Eudete Argentina<sup>1</sup> ; SOUZA, Ronilda Rodrigues de<sup>1</sup>,**

**COSTA, D`Arc Joana<sup>1</sup> (Orientadora)**

<sup>1</sup>Universidade Tiradentes/UNIT, Pro Reitoria de Graduação, Curso de Pedagogia; Rua Lagarto, 264, Centro Aracaju – Sergipe CEP 49010 390 ([eudetecintra@hotmail.com](mailto:eudetecintra@hotmail.com); [ronildars@yahoo.com.br](mailto:ronildars@yahoo.com.br); [joanadc70@oi.com.br](mailto:joanadc70@oi.com.br) )

**RESUMO**

Este artigo ira abordar os pontos e contraponos da Educaçao de Jovens e Adultos, considerando a temática como um dos campos importantes aonde vem se empreendendo esforços para a democratizaçao do acesso ao conhecimento. Assim, o presente trabalho foi concebido visando compilar informaçoes e impressões junto a professores e alunos cursantes ao segundo modulo da alfabetizaçao da EJA (Educaçao de Jovens e Adultos), período noturno, na Escola Estadual Senador Leite Neto localizado na Rua Humberto Pinto do Vale s/n, na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe. A coleta de dados foi desenvolvida por meio da aplicaçao de questionários semi-estruturados em sala de aula, entrevistas coletivas e individuais, levantamento bibliográfico, atividades práticas em Estágio Supervisionado desenvolvido no segundo semestre de 2007, onde se angariou informaçoes sobre os instrumentos metodológicos utilizados entre o ensino e aprendizagem, a participaçao e interaçao dos alunos, bem como, as características sociais do grupo observado.

Palavras-chave: Educaçao, Metodologia, Jovem e Adulta.

## ABSTRACT

This article aims to approach the points and counterpoints of Adult and Young Education, considering the thematic one as one of the important fields where comes if undertaking efforts for the democratization of the access to the knowledge. Thus, the present work was conceived aiming at to compile information and impressions together the cursantes professors and pupils to as I modulate of the alfabetização of the EJA (Adult Young Education of e), nocturnal period, in the State School Senator Leite Neto located in the Street Humberto Pinto do Valle s/n, in the city of Aracaju, State of Sergipe. The collection of data was developed by means of the application of questionnaires half-structuralized in classroom, press conferences and individual, bibliographical survey, practical activities in Period of training Supervised developed in as the semester of 2007, where if it angariou information on the method instruments used between education and learning, the participation and interaction of the pupils, as well as, the social characteristics of the observed group.

Word-key: Education, Methodology, Young and Adult.

## INTRODUÇÃO

No Brasil, a educação de adultos se constitui como tema de política educacional, sobre tudo a partir dos anos 40. A menção á necessidade de oferecer educação aos adultos já aparecia em experiências anteriores referentes à forma de catequização e ensino das primeiras letras realizado pelos jesuítas durante o Brasil Colônia, além da participação na pouco duradoura constituição de 1934; mais é na década seguinte que começaria a tomar corpo, em iniciativas concretas, a preocupação de oferecer os benefícios da escolarização a amplas camadas da população até então excluídas da escola.

BEISIEGEL (1997) destaca o caráter exemplar da Campanha Nacional de Educação de Adultos iniciados em 1947 capitaneados por Lourenço Filho, como política governamental que espromia o entendimento da educação de adultos como peça fundamental na elevação dos níveis educacionais da população em seu conjunto.

No final da década de 50, as críticas à Campanha de Educação de Adultos dirigiam-se tanto às suas deficiências administrativas e financeiras, quanto à sua orientação pedagógica. Denunciava-se o caráter superficial do aprendizado que se efetivava no curto período da alfabetização, a inadequação do método para a população adulta e para as diferentes regiões do país. Todas essas críticas convergiram para uma nova visão sobre o problema do analfabetismo e para a consolidação de um novo paradigma pedagógico para a educação de adultos, cuja referência principal foi o educador pernambucano Paulo Freire.

A Educação tem sido apontada como um direito legal de todo cidadão desde o surgimento da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4.024 de 1961 e, por conseguinte o Plano Nacional de Educação em 1962, no entanto, poucos tiveram e/ou têm acesso a ela ou permanecem freqüentando as salas de aula.

Durante a década de 70, ainda sobre a ditadura militar, o Mobral expandiu-se por todo o território nacional, diversificando sua atuação. Das iniciativas que derivaram do Programa de Alfabetização, a mais importante foi o PEI — Programa de Educação Integrada, que correspondia a uma condensação do antigo curso primário. Este programa abria a possibilidade de continuidade de estudos para os recém-alfabetizados, assim como, para os chamados analfabetos funcionais, pessoas que dominavam precariamente a leitura e a escrita.

As reformas educacionais estabelecidas pelas leis 5.540/68 referente ao ensino superior, e 5.692/71 referente ao ensino de 1º e 2º graus marcaram a educação no período da ditadura militar, onde, a educação de adultos adquiriu pela primeira vez na sua história um estatuto legal, sendo organizado em capítulo exclusivo da lei nº 5.692/71, intitulado ensino supletivo. O artigo 24 desta legislação estabelecida com função do supletivo suprir a escolarização regular para adolescentes e adultos, que não a tenham conseguido ou concluído na idade própria (VIEIRA, 2004, p.40)

Autores bastante utilizados pela história da educação tais como, Romanelli (1986), Ghiraldelli (1990), fazem uma leitura unilateral da história, no sentido em que entendem as políticas estatais como demandas exclusivas dos governantes; Isso fica explícito principalmente no estudo de Ghiraldelli segundo o qual a ação dos governos em relação à educação é caracterizada como:

...repressão, privatização do ensino, exclusão das classes populares do ensino elementar de boa qualidade, institucionalização do ensino profissionalizante, tecnicismo pedagógico e desmobilização do magistério através de legislação educacional ampla e confusa". (GHIRALDELLI 1990, p.163).

Para o autor o ensino era visto como controle ideológico visando uma educação para o trabalho servindo dessa forma aos interesses capitalistas, firmados pelos acordos entre 1964-1968, entre o MEC e o AID (Agency for International Development).

Com a emergência dos movimentos sociais e o início da abertura política na década de 80, essas pequenas experiências foram se ampliando, construindo canais de troca de experiência, reflexão e articulação. O paradigma pedagógico que se construiu nessas práticas baseava-se num novo entendimento da relação entre a problemática educacional e a problemática social. Antes apontado como causa da pobreza e da marginalização, o analfabetismo passou a ser interpretado como efeito da situação de pobreza gerada por uma estrutura social não igualitária. Era preciso, portanto, que o processo educativo interferisse na estrutura social que produzia o analfabetismo.

Além dessa dimensão social e política, os ideais pedagógicos que se difundiam tinham um forte componente ético, implicando um profundo comprometimento do educador com os educandos. Os analfabetos deveriam ser reconhecidos como homens e mulheres produtivos, que possuíam uma cultura. Dessa perspectiva, Paulo Freire criticou a chamada educação bancária, que considerava o analfabeto pária e ignorante, uma espécie de gaveta vazia onde o educador deveria depositar conhecimento. Tomando o educando como sujeito de sua

aprendizagem, Freire propunha uma ação educativa que não negasse sua cultura, mas que a fosse transformando através do diálogo. Na época, ele referia-se a uma consciência ingênua ou intransitiva, herança de uma sociedade fechada, agrária e oligárquica, que deveria ser transformada em consciência crítica, necessária ao engajamento ativo no desenvolvimento político e econômico da nação<sup>1</sup>.

Projetos de alfabetização se desdobraram em turmas de pós alfabetização, onde se avançava no trabalho com a língua escrita, além das operações matemáticas básicas. Também as administrações de alguns estados e municípios maiores ganhavam autonomia com relação ao Mobral, acolhendo educadores que se esforçaram por reorientar seus programas de educação básica de adultos.<sup>1</sup>

Desacreditado nos meios políticos e educacionais, o Mobral foi extinto em 1985. Seu lugar foi ocupado pela Fundação Educar, que abriu mão de executar diretamente os programas, passando a apoiar financeira e tecnicamente as iniciativas de governos, entidades civis e empresas a ela conveniadas; embora a nova Constituição de 1988 tenha originado importantes avanços para a EJA: o ensino fundamental, obrigatório e gratuito, passou a ser garantia constitucional também para os que a ele não tiveram acesso na idade apropriada.

A Fundação Educar foi criada em 1985 e, diferentemente do Mobral, passou a fazer parte do Ministério da Educação. A Fundação, ao contrário do Mobral que desenvolvia ações diretas de alfabetização, exercia a supervisão e o acompanhamento junto às instituições e secretarias que recebiam os recursos transferidos para execução de seus programas. Essa política teve curta duração, pois em 1990 – Ano Internacional da Alfabetização – em lugar de se tomar a alfabetização como prioridade, o governo Collor extinguiu a Fundação Educar, não

---

1

1. Pedagogia do oprimido (17ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987) é uma obra clássica de Paulo Freire, em que o autor expõe a filosofia educativa que orientou sua atuação no campo da alfabetização de adultos.

criando nenhuma outra que assumisse suas funções. Tem-se, a partir de então, a ausência do Governo federal como articulador nacional e indutor de uma política de alfabetização de jovens e adultos no Brasil.

Em 1996, foi lançado em Natal, no estado do Rio Grande do Norte, o Programa Alfabetização Solidária em um Evento Nacional de Educação de Jovens e Adultos, como etapa preparatória para a V CONFINTEA – Conferência Internacional de Educação de Adultos. Na ocasião, participaram como proponentes o Ministro da Educação Paulo Renato e Dona Rute Cardoso, representando a Comunidade Solidária. O lançamento do Programa de Alfabetização Solidária causou um frisson entre os participantes do Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos, por reeditar práticas consideradas superadas por pesquisadores e estudiosos da alfabetização. Com duração de 06 (seis) meses, sendo um para ‘treinamento’ dos alfabetizadores e 05 (cinco) meses para desenvolver a alfabetização, o PAS propunha uma ação conjunta entre Governo Federal, empresas, administrações municipais e universidades. Atendendo aos municípios com IDH – Índice de Desenvolvimento Humano – inferior a 0,5; o PAS propunha às Instituições de Ensino Superior das regiões Sul e Sudeste que supervisionassem as ações nas cidades localizadas nas regiões Norte e Nordeste. O formato do Programa atraiu críticas de pesquisadores (HADDAD, 2000 e DI PIERRO, 2001) por se tratar de um programa aligeirado, com alfabetizadores semi-preparados, reforçando a idéia de que qualquer um sabe ensinar, e com forte ênfase na relação de submissão entre o Norte-Nordeste (subdesenvolvido) e o Sul-Sudeste (desenvolvido).

Hoje, a Alfabetização Solidária desenvolve duas grandes frentes de ação. Está presente em 2.099 municípios brasileiros, atuando prioritariamente em áreas com os mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) e que possuem os maiores índices de analfabetismo segundo dados do IBGE. Outra iniciativa paralela é o Projeto Grandes Centros Urbanos, lançado em julho de 1999, com o objetivo de atender alunos das regiões

metropolitanas. O trabalho começou em São Paulo e Rio de Janeiro, mais foi ampliado para os bolsões de analfabetismo de Brasília, Fortaleza, Belo Horizonte, Goiânia, João Pessoa, Salvador, Curitiba, Natal, São Luis, Teresina, Mogi das Cruzes, Guarulhos, Piracicaba, Limeira e São José dos Campos, com cerca de 5,3 milhões de alunos atendidos em 2.109 municípios brasileiros e capacitando 249 mil educadores. Um trabalho que, apenas em 2007, contou com a parceria de 148 empresas e instituições governamentais e 71 Instituições de Ensino Superior (IES) parceiras. Para chegar a números tão expressivos a Organização passou por um longo caminho de aprendizado e amadurecimento que consolidou seu método de trabalho, hoje reconhecido não só no Brasil como em vários outros países. (Fonte: Portal da Alfabetização Solidária, 2008).

Sua atuação é reconhecida pelo IBGE, que creditou à organização grande responsabilidade pela diminuição em 32,2% na taxa de analfabetismo no Brasil na última década. Outro indicador bastante positivo do impacto do trabalho da Alfabetização Solidária vem do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira INEP/MEC. Ao avaliar os dados do Censo Escolar 2006, é possível constatar que 91,9% dos municípios atendidos pela Alfabetização Solidária, no mesmo ano, oferecem classes de EJA em sua rede municipal de ensino. Enquanto nos municípios que não foram atendidos pela organização, nesse mesmo período, a oferta de classes de EJA é registrada em apenas 59,1% deles. (Fonte: Portal da Alfabetização Solidária, 2008).

Em janeiro de 2003, o MEC anunciou que a alfabetização de jovens e adultos seria uma prioridade do novo governo federal. Para isso, foi criada a Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo, cuja meta era erradicar o analfabetismo durante o primeiro mandato de quatro anos do governo Lula, representando um portal de entrada na cidadania, articulado diretamente com o aumento da escolarização de jovens e adultos e promovendo o acesso à educação como um direito de todos em qualquer momento da vida.



O programa enfatiza a qualidade e o maior aproveitamento dos recursos públicos investidos na educação de jovens e adultos e inclui: Ampliação do período de alfabetização de seis para até oito meses; Aumento de 50% nos recursos para a formação dos alfabetizadores; Estabelecimento de um piso para o valor da bolsa paga ao alfabetizador, aumentando a quantidade de turmas em regiões com baixa densidade populacional e em comunidades populares de periferias urbanas; Implantação de um sistema integrado de monitoramento e avaliação do programa; Maior oportunidade de continuidade da escolarização de jovens e adultos, a partir do aumento de 42% para 68% do percentual dos recursos alocados para estados e municípios; por meio do qual o MEC contribuirá com os órgãos públicos estaduais e municipais, instituições de ensino superior e organizações sem fins lucrativos que desenvolvam ações de alfabetização (Fonte: Portal MEC, 2007).

## **O EJA EM ARACAJU**

Em Aracaju a Educação de Jovens e Adultos foi implantada em 1987, em convênio com a Fundação Educar, atendendo a 09 (nove) escolas no turno noturno, no entanto a partir de sua extinção em 1989 a Secretaria Municipal de Educação de Aracaju assume a responsabilidade tendo como amparo legal o Parecer nº. 331/91 do Conselho Estadual de Educação.

No que se refere a Educação Básica de Jovens e Adultos – PEB – nível de 1º grau 1995 foi elaborado um projeto de suplência equivalente às quatro séries iniciais.

No ano de 1998 a SEMED implanta 2 (dois) projetos de Educação Básica para Jovens e Adultos: o primeiro foi o PAEJA – Programa de Aceleração de Jovens e Adultos equivalente as 4 (quatro) séries iniciais do Ensino Fundamental, já o segundo foi o Projeto de Aceleração do Ensino Fundamental II segmento para 5ª a 8ª séries.

Três anos depois surge em 2002 o MOVA (Movimento de Alfabetização) inspirado nas idéias de Paulo Freire, em 2002 o MOVA faz parte da formação em serviço nas empresas; sendo a Empresa Municipal de Urbanização - UMURB e, por conseguinte a Empresa Municipal de Serviços Urbanos- ENSURB.

Em 2003 o MOVA é englobado ao Programa Nacional Brasil Alfabetizado, mas em 2004 a Secretaria Municipal de Educação em parceria com empresas como a Empresa Municipal de Urbanização EMURB e Empresa Municipal de Serviços Urbanos - ENSURB desenvolveu o Programa de Aceleração de Jovens e Adultos, de forma a atender a clientela trabalhadora, inserindo-a no primeiro segmento do Ensino Fundamental (1ª a 4ª séries).

No ano de 2005 foi implantado o Programa Brasil Alfabetizado com o amparo legal na Resolução CD/FNDE nº. 23 de 08 de junho de 2005, e no ano corrente implantado o PRO JOVEM atendendo aos jovens de 18 a 24 anos, que terminaram a 4ª série, mas não concluíram a 8ª série do Ensino Fundamental e que não possuíam vínculos formais de trabalho.

Já o Programa Brasil Alfabetizado, Prefeitura de Aracaju e o Governo Federal em parceria da Fundação Banco do Brasil no ano de 2003, tiveram como objeto de convênio alfabetizar 30 mil jovens e adultos no prazo de 04 (quatro) anos, sendo as aulas desenvolvidas em espaços disponibilizados pela Secretaria Municipal de Educação, entre salas de aula para o desenvolvimento do Programa como também espaços das Associações de Moradores de diversos bairros da capital, assim como os demais programas congêneres e projetos.

A educação de adultos torna-se mais que um direito: é a chave para o século XXI; é tanto consequência do exercício da cidadania como condição para uma plena participação na sociedade. Além do mais, é um poderoso argumento em favor do desenvolvimento ecológico sustentável, da democracia, da justiça, da igualdade entre os sexos, do desenvolvimento socioeconômico e científico, além de um requisito fundamental para a construção de um mundo onde a violência cede lugar ao diálogo e à cultura de paz baseada na

justiça. (Declaração de Hamburgo sobre a Educação de Adultos, de 1997)

## **CARACTERÍSTICAS DA CLIENTELA EJA**

O trabalho foi conduzido na Escola Senador Leite Neto, com 13 (treze) alunos cursantes ao segundo módulo de alfabetização da EJA, sendo composto por 23% de homens e 77% de mulheres, 24,2% de alunos entre a idade de 20 a 30 anos, 75% entre 30 e 40 anos, e 0,8% acima de 41 anos, 90% dos alunos são oriundos de cidades interioranas ou outros estados do nordeste, apenas 10% destes nascidos na cidade de Aracaju, todos moram em adjacências a unidade escolar, onde desenvolvem atividades laborais formais e/ou informais através de serviços e comércio como: Emprego Doméstico, a atividade principal com 100% das mulheres onde apenas 60% possuem vínculo empregatício, já aos homens, o executam em 66,6%. em atividades de ajudante de lava rápido para veículos e jardineiro, sendo apenas 33,3% deles, o que representa apenas 01 (um) aluno, funcionário do comércio; 80 % dos estudantes são solteiros, e a média de filhos entre eles é pequena sendo 0,25. As atividades laborais dentre os assistidos iniciou-se ainda menor em 60% dos casos, sendo apenas 40% já na fase adulta.

## **METODOLOGIA EJA**

Essa metodologia de trabalho contribui para o desenvolvimento, nos estudantes, de habilidades e capacidades necessárias ao mundo atual e as suas relações sociais. O professor desenvolve sua prática docente como orientador, intervindo nas pesquisas, contribuindo com o esclarecimento de conceitos e assessorando diariamente os estudantes nas variadas

atividades escolares que necessitam realizar. Por isso, o corpo docente é formado por profissionais das diversas áreas do conhecimento relacionadas ao ensino fundamental.

No contexto bibliográfico observado, reconhecer os pontos e os reais contrapontos traduz ainda as insuficiências no que se refere à aplicação da metodologia da Educação de Jovens e Adultos (EJA), perante o aparelho educacional e as dificuldades em lidar com heterogeneidades sociais, dentre outros, faz o compreender e reconhecer da necessidade de que o professor deve estar qualificado e bem instruído, para tornar-se capaz de desenvolver o ensino eficaz e eficiente, além da autoconfiança do alunado, principalmente quando o aprendizado está associado à contextualização local, bem como o uso de estratégias e habilidades, ensinando o aluno a aprender para empreender em seu benefício e para a sociedade.

Entre os avanços do ensino EJA, e sua importância como programa educacional de inclusão social, a professora/educadora relata problemas em lidar com os alunos nos primeiros módulos, compreendendo que as atividades de coordenação motora são desenvolvidas paulatinamente de aluno a aluno, e que a proposta de aceleração do ensino e sua redução em carga horária acarreta o desenvolvimento, sendo em inúmeros casos o aluno obrigado a permanecer no módulo, e assim que realmente alfabetizado, ingressar ao seguinte, o que provoca na maioria das vezes tempo em curso normal ao ensino básico. Relata a heterogeneidade das turmas e dos conhecimentos do alunado, e sua dificuldade em lidar com grupos em aprendizagem em níveis diferentes em um mesmo espaço, para isso sugere aulas interativas na biblioteca e reforço, no entanto acredita que devem ocorrer correções junto à metodologia para a conclusão de resultados objetivos no ensino aprendizagem, onde as ferramentas possam ser desenvolvidas das mais variadas formas.

“muitos alunos chegam aqui zerados, o curso em modulo acelerado na primeira frase de alfabetização atenta a dificuldade de aprendizado e provoca a repetência.” e “deveríamos obter capacitação freqüente para lidar com a Educação de Jovens e Adultos, o que infelizmente não ocorre.” ( Professora Marta Maria B. Feitosa)

Nas entrevistas desenvolvidas de forma coletiva, a análise das informações obtidas demonstra um ponto comum, a percepção da atuação do professor torna-se necessária para que os alunos avancem, aprendam e desenvolvam suas competências em situações didáticas planejadas, ao compreenderem as tarefas como constantes desafios, e valores como estima, persistência, resgate, respeito mútuo; associam a escola como um espaço de convivência para amizades e lazer, uma parte de uma nova família, principalmente para os que há muito tempo estão distantes de seus lares.

Os casos de evasão assim como relatados, estão correlacionados a demissão empregatícia, na busca por novos postos de trabalhos, isso faz alguns se deslocarem para outros lugares, na medida da exigência de atenção integral e salário ofertado, com isso, abandonam a escola por uma opção de subsistência, quando não retornam as suas residências; entre outros, a greve prolongada, foi identificada como um fator desestimulante, já que os hábitos de descanso voltam a permear as relações diárias.

Porém, não basta ter acesso à escola; outro ponto relevante a considerar, é a permanência do educando nela e a conseqüente terminalidade escolar. Desta forma, a avaliação da aprendizagem existe para garantir a qualidade da aprendizagem do aluno, além de possibilitar a qualificação dessa aprendizagem.

<b>Fatores Internos</b>	<b>Pontos Fortes/Forças</b>	Distribuição de Merenda; Número reduzido de alunos por sala de aula; Relações interpessoais; Localização Numero de Matriculados / Assiduidade;
	<b>Pontos Fracos/Fraquezas</b>	Infra-estrutura debilitada; Greve de classe; Incipiente qualificação de Professores; Deficiência de recursos didático-pedagógicos e audiovisuais;
<b>Fatores Externos</b>	<b>Oportunidades</b>	Inserção Social Educação para Jovens e Adultos Qualificação pessoal e profissional Socialização
	<b>Ameaças</b>	Evasão Exclusão Discriminação Vulnerabilidade Social

As atividades pedagógicas propostas em sala de aula estiveram em torno do tema principal “Vivenciando música popular” e sub-tema “A visão do mundo através da música” onde os conteúdos das disciplinas básicas como matemática e português, ganharam uma nova dinâmica essencial para as relações cotidianas; operações fundamentais na mediação de conflitos, cidadania e a identidade racional do ensino dirigido para educação de jovens e adultos.

As experiências absorvidas através da vivencia entre a aplicação do estágio supervisionado e sua orientação, fez a compreensão prática de que o professor é um mero espectador da construção de conhecimentos, em que o aluno deverá percorrer a consulta paulatinamente, ficando o professor responsável em organizar as situações de aprendizagens,

as intervenções pedagógicas que auxiliem suas próprias construções, que considere sua ciência e os mecanismos envolvidos nessa construção, além das questões relacionadas à didática do objeto a ser ensinado e aprendido.

A observação obtida através de aulas expositivas direciona o professor como um instrumento consciente de que os alunos da EJA são jovens e adultos, maduros, experientes, trabalhadores, dentre suas especificidades; e isso requer do profissional-professor, um conceito de alfabetização ampliado e diversificado, cabendo ir além das exigências do domínio de habilidades da leitura e da escrita, mas desenvolver no alunado em uma perspectiva libertadora o senso crítico, sem abrir mão dos seus conhecimentos experimentais e o conhecimento já adquirido pela vivência do mundo como um todo

As práticas educativas conduziram os alunos a reconhecer a importância da música em sua vida; saber diferenciar diversos ritmos musicais; identificar vários instrumentos; desenvolver o gosto e o prazer pela música; Ampliar a habilidade de interpretar letras de músicas populares, além da criatividade e habilidade crítica.

Quanto à base comum, os conteúdos programáticos foram absorvidos com sucesso, esta análise surge da aplicação de metodologias de avaliação individual e coletiva, embasadas e inspiradas em dois pensadores sendo, o primeiro Jean Piaget – Construtivismo, uma das correntes teóricas empenhadas em explicar como a inteligência humana, se desenvolve partindo do princípio de que o desenvolvimento da inteligência é determinado pelas ações mútuas entre o indivíduo e o meio. E o segundo, o educador Paulo Freire quando a teoria e prática da libertação e Pedagogia da Autonomia, pelo fato de ela estar permeada pela afetividade nas suas dimensões de cuidado, qualificação, interesse, empatia, amorosidade, amizade, amor indiferenciado, amor diferenciado, promoção, nutrição, proteção, vínculo e todo o desdobramento ético e estético decorrente da experiência cara-a-cara com o educando,

no processo educativo, na promoção do potencial humano, do potencial crítico, político e criativo existencial do educando.

## **Conclusão**

Se, de um lado, a transformação nas condições objetivas das nossas escolas não depende apenas da nossa atuação como profissionais da educação, de outro lado, acreditamos a partir desta experiência que sem uma mudança na própria concepção da nossa profissão ela não ocorrerá tão cedo. O processo de interação entre o meio e o alfabetizando da Educação de Jovens e Adultos, contextualizou na prática a importância do reconhecer da diversidade, entre várias, a arte e a música popular como instrumento de reformulação de saberes e configuração de novos paradigmas para educação na contemporaneidade.

Os instrumentos abordados através da planilha F.O.F.A, no conjunto da avaliação representam os pontos e contrapontos identificados de forma ampliada, a partir da análise estrutural e local, e por seguinte geral de sua aplicação, restando sob a ótica educacional à eminência a estruturação novos parâmetros curriculares e, em políticas públicas.

Durante o período dedicado à elaboração deste artigo observamos que a Educação de jovens e adultos não é exatamente como pensávamos, pois os professores e alunos passam por dificuldades freqüentes em sala de aula.

Tendo em vista que a elaboração deste artigo também caracteriza uma atividade de aprendizado, instrumento decisivo para transformar teoria em prática, sentimos toda a responsabilidade que um professor precisa ter consigo e com o próximo, com esta experiência conseguimos avaliar erros e acertos de maneira que venha acrescentar na qualidade de ensino, alcançando o objetivo desejado, principalmente no público atendido.



## REFERÊNCIA

BEISIEGEL, Celso de Rui. Questões de atualidade na educação popular: ensino fundamental de jovens e adultos analfabetos ou pouco escolarizados. Educação em Revista. Belo Horizonte: Faculdade de Educação da UFMG, 2000.

DI PIERRO, Maria Clara. Descentralização, focalização e parceria: uma análise das tendências nas políticas públicas de educação de jovens e adultos. Educação e Pesquisa. São Paulo, v.27, n.2, p. 321-337, jul./dez., 2001.

HADDAD, Sérgio. Aprendizagem de jovens e adultos: avaliação da década de Educação para Todos. São Paulo em Perspectiva, São Paulo: SEADE, vol. 14, n.1, p.29-40, jan./mar., 2000.

JAGGER, WERNER, **Paidéia: a formação do homem grego**, São Paulo, Martins Fontes, 1995

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. Educ. Soc., Sept./Dec. 2004, vol.25, no.89, p.1127-1144.

RIBEIRO, Vera Maria Masagão. Educação de jovens e adultos: proposta curricular para o 1º segmento do ensino fundamental / (coordenação e texto final); [ilustrações de Fernandes]; — São Paulo: Ação Educativa; Brasília: MEC, 1997.

RIBEIRO, Vera Maria Masagão. Metodologia da alfabetização: pesquisas em educação de jovens e adultos. et al. (Campinas/São Paulo, Papirus/CEDI, 1992)

Portal da Secretaria Municipal de Educação/SEMED, 2008. Disponível em: <http://www.aracaju.se.gov.br/educaçao> . Acesso em 12 de Abril de 2008.

Portal da Secretaria de Estado da Educação de Sergipe/SEED, 2008. ALFABETIZAÇÃO: DESAFIO DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, por Ada Augusta Celestino Bezerra. Disponível em [www.seed.se.gov.br/programas/sergipecidadao/materia01.doc](http://www.seed.se.gov.br/programas/sergipecidadao/materia01.doc). Acesso em 12 de Abril de 2008.

Portal da TV Brasil, Brasil Alfabetizado em Foco (Aracaju, 2008). Disponível em <http://www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2003/baf/tetxt1.htm>. Acesso em 17 de Abril de 2008.

Portal da Universidade Federal da Bahia/UFBA <http://www.moodle.ufba.br>. A avaliação da aprendizagem na escola (Aracaju, 2008). Disponível em <http://www.moodle.ufba.br/mod/book/view.php?id=9945&chapterid=9325>. Acesso em 22 de Abril de 2008.

Portal do Ministério do Desenvolvimento Social, 2008 Disponível em <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/premio-boas-praticas-de-gestao-2006/arquivo-praticas/apresentacoes/aracaju-se.ppt>. Acesso em 26 de Abril de 2008.